

A group of diverse children, including a boy in a yellow shirt, a girl with blonde hair, and a girl with green hair, are smiling and hugging each other. The image is slightly faded and serves as a background for the text.

Laços de Proteção no ABC

Políticas Públicas

Maurício Homma

Laços de Proteção no ABC

Políticas Públicas

☐ Saúde

▪ Contexto anterior

- ✓ No início dos anos oitenta o marco institucional da saúde é descrito como centralizador; com duplo comando; elitista (enquanto voltado para a atenção individualizada-curativa em detrimento da atenção coletiva-preventiva) e, finalmente, com acentuada superposição de atribuições entre os três níveis de governo. (NEPP/UNICAMP – Caderno nº 45, 2000)

▪ Constituição/88

- ✓ Acesso universal igualitário às ações e serviços de saúde, como um direito de todos e dever do Estado;
- ✓ Instituição do sistema único de saúde, por meio de rede regionalizada e hierarquizada;
- ✓ Possibilidade de integração de instituições privadas ao sistema único de saúde, de forma complementar;
- ✓ Descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas; participação da comunidade.

Laços de Proteção no ABC

Políticas Públicas

☐ Saúde

▪ Conselho Nacional de Saúde

- ✓ Criado em 7 de agosto de 1990.

▪ Lei Orgânica da Saúde – LOS – Lei 8.080/90

- ✓ Regula as ações e serviços de saúde em todo o território nacional;
- ✓ Estabelece que o conjunto de ações e serviços de saúde prestados por instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde – SUS;
- ✓ Reconhece como fatores determinantes e condicionantes da saúde, dentre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Laços de Proteção no ABC

Políticas Públicas

☐ Saúde

▪ NOB SUS 01/96

Marco Jurídico-Institucional: Distribuição de Atribuições do Sistema Único de Saúde Segundo os Níveis de Governo
NOB 01/96

União		Estados		Municípios	
Funções	Órgãos	Funções	Órgãos	Funções	Órgãos
<ul style="list-style-type: none"> Exercer a gestão do SUS, no âmbito nacional Promover o gestor estadual em seu papel de incentivador dos sistemas municipais Exercer as funções de normatização e coordenação da gestão nacional o SUS Financiar o sistema, com a correspondente definição dos fluxos financeiros de seus mecanismos de operação Elaborar o Plano Nacional de Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Saúde Conselho Nacional de Saúde Comissão Intergestores Tripartite Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde – CONASS Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – CONASEMS Conferência de Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Exercer a gestão do SUS no âmbito estadual Promover condições e incentivar o poder municipal em seu papel de gestor da atenção à saúde Executar ações de saúde de caráter transitório nos municípios impossibilitados Operacionalizar o componente estadual do Sistema Nacional de Auditoria; dos sistemas de processamento de dados, de informação, de produção de serviços e de insumos críticos; dos sistemas de vigilância epidemiológica, de vigilância sanitária, alimentar e nutricional; dos sistemas de recursos humanos e tecnologia, da rede de laboratórios de saúde pública, de assist. farmacêutica Executar serviços ambulatoriais e hospitalares de alto custo Executar políticas de integração das políticas municipais Financiar os serviços de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Estadual de Saúde Conselho Estadual de Saúde Comissão Intergest. Bipartite – CIB Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde – COSEMS 	<ul style="list-style-type: none"> Formular, planejar, organizar, controlar, executar e avaliar as ações e serviços de saúde, por meio do gerenciamento e execução dos serviços públicos ambulatoriais e hospitalares de assistência à saúde, dos laboratórios de saúde pública e dos hemocentros, da gestão da rede contratada de produtores privados, da execução dos serviços de vigilância epidemiológica e da vigilância sanitária, de acordo com a condição de gestão Responsabilidade pelo atendimento das necessidades e demandas de saúde Financiar os serviços de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Órgão executivo municipal Cons. Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde

Fonte: NEPP/UNICAMP, 1999. Primeiro Relatório Parcial desta pesquisa

Laços de Proteção no ABC

Políticas Públicas

☐ Direitos da Criança e do Adolescente

▪ Contexto anterior

- ✓ Código de Menores – visava fundamentalmente tratar as infrações dos “menores em situação irregular”, associados a uma condição de pobreza.

▪ Constituição/88

- ✓ Atribui às três esferas legislar concorrentemente sobre a proteção à infância e à juventude;
- ✓ Define como dever da família, da comunidade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Laços de Proteção no ABC

Políticas Públicas

☐ Direitos da Criança e do Adolescente

▪ Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90

- ✓ A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-lhes todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;
- ✓ Destaque para a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento e sujeitos dos plenos direitos civis, humanos e sociais;
- ✓ Define as medidas de proteção à criança e ao adolescente;
- ✓ Classifica o ato infracional praticado por crianças e adolescentes e especifica as medidas a serem adotadas;
- ✓ Institui a necessidade de criação do conselho de direitos e dos conselhos tutelares, em cada município.

Laços de Proteção no ABC

Políticas Públicas

□ Assistência Social

▪ Contexto anterior

- ✓ Assistência Social não tinha uma definição clara de seu campo de atuação, dentro do universo de políticas sociais. Buscava-se operar com uma estrutura própria e independente de financiamento de programas em cada uma das esferas de governo, com ações por vezes dispersas e descontínuas, sem articulação entre as políticas e diretrizes dos entes da federação.

▪ Constituição/88

- ✓ Considera a assistência social como parte integrante da política de Seguridade Social, não contributiva, formando um conjunto integrado, juntamente com a saúde e a previdência, de ações dos Poderes Públicos e da sociedade;
- ✓ Define como um dos objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- ✓ Aponta para a descentralização político-administrativa e para a participação popular na formulação de políticas e no controle das ações.

Laços de Proteção no ABC

Políticas Públicas

□ Assistência Social

▪ Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS – Lei 8.742/93

- ✓ Ordena o funcionamento da Assistência Social nas três esferas de governo e define os benefícios, serviços, programas e projetos que devem ser implementados pela área.

▪ Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004

- ✓ Apresenta as bases e referências necessárias para a implantação e gestão do SUAS;
- ✓ Reafirma o papel do Estado como principal agente construtor e implementador das bases operacionais necessárias à realização dos serviços socioassistenciais;
- ✓ Instituição do comando único nas três esferas de governo, com um modelo de gestão compartilhada com os conselhos, num sistema integrado de cooperação e complementaridade entre os entes da federação.

Laços de Proteção no ABC

Políticas Públicas

□ Assistência Social

▪ Sistema Único de Assistência Social – SUAS/2005

- Definição e implantação do Sistema Único de Assistência Social, descentralizado e integrado em todo o território nacional;
 - Dentre os principais eixos que orientam o novo modelo socioassistencial, destacam-se:
 - Precedência da gestão pública da política;
 - Alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários;
 - Matricialidade sociofamiliar;
 - Territorialização;
 - Descentralização político-administrativa e reordenamento institucional;
 - Financiamento partilhado entre os entes federados;
 - Fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;
 - Articulação da rede socioassistencial;
 - Valorização da presença do controle social;
 - Participação popular/cidadão usuário;
 - Qualificação de recursos humanos;
 - Informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados.
- (fonte: Brasil, CapacitaSUAS, vol. 1)

Laços de Proteção no ABC

Políticas Públicas

□ Educação

■ Contexto anterior

- ✓ Com a Lei 5.692/71 o ensino estava voltado para a objetividade e operacionalidade da educação, visando a eficiência instrumental do aluno no processo escolar. Para isso, o trabalho pedagógico era visto de forma fracionada em especializações de funções, instituindo-se a fase chamada de tecnicista da educação.

■ Constituição/88

- ✓ O ensino será ministrado por pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- ✓ É dever do Estado:
 - ✓ Ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
 - ✓ Progressiva universalização do ensino médio;
 - ✓ Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- ✓ Define as competências do atendimento a cada nível de governo:
 - ✓ Estados: prioritariamente no ensino fundamental e médio;
 - ✓ Municípios: prioritariamente no ensino fundamental e educação infantil;
- ✓ Financiamento da educação:
 - ✓ União: no mínimo 18%;
 - ✓ Estados e Municípios: no mínimo 25%.

Laços de Proteção no ABC

Políticas Públicas

□ Educação

▪ Lei de Diretrizes e Bases–LDB – Lei 9.394/96

- ✓ Organiza os sistemas de ensino e redefine os princípios e os fundamentos pedagógicos da educação escolar;
- ✓ Quebra o paradigma da educação escolar baseada num conceito de aprendizagem linear, por ordenação de conteúdos e seriada;
- ✓ Traz um foco de maior importância e integração na Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e médio);
- ✓ Institui parâmetros para a década da educação e estabelece referências de maior qualificação para a formação de docentes na educação infantil e no ensino fundamental;
- ✓ Define de forma mais clara o que pode ser considerado como despesas para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Laços de Proteção no ABC

Políticas Públicas

□ Educação

- **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF/96**
 - ✓ Fundo redistributivo de financiamento da educação para universalização do ensino fundamental e valorização do magistério;
 - ✓ Estados e municípios deveriam aplicar, no mínimo, 15% das receitas de alguns impostos com o ensino fundamental;
 - ✓ No mínimo, 60% dos valores destinados ao Fundo deveriam ser aplicados na remuneração de docentes do ensino fundamental.
- **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB/2006**
 - ✓ Estados e municípios devem aplicar, no mínimo, 20% das receitas de alguns impostos com a educação básica: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos;
 - ✓ União contribuirá progressivamente com o Fundo, até chegar em 2010 ao montante de 10% do valor total recolhido.

Laços de Proteção no ABC

Políticas Públicas

Assembléia Geral das Nações Unidas

23 de agosto de 2006

Estudo das Nações Unidas sobre a Violência Contra Crianças

Realizado por Paulo Sérgio Pinheiro, especialista independente

□ O cenário

- ✓ a maioria dos atos de violência sofridos por crianças é cometida por pessoas que fazem parte de suas vidas: pais, colegas de escola, professores, empregadores, namorados ou namoradas, cônjuges e parceiros. Os exemplos apresentados a seguir revelam a gama da violência sofrida por crianças:
 - ✓ A OMS estima que 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos abaixo de 18 anos foram forçados a manter relações sexuais ou sofreram outras formas de violência sexual que envolveram contato físico em 2002.
 - ✓ Segundo uma estimativa da OMS, entre 100 e 140 milhões de meninas e mulheres do mundo sofreram alguma forma de mutilação genital. Estimativas do UNICEF publicadas em 2005 sugerem que, na África subsaariana, Egito e Sudão, três milhões de meninas e mulheres são submetidas a mutilação genital anualmente.

Laços de Proteção no ABC

Políticas Públicas

❑ O cenário

- ✓ Estimativas recentes da OIT indicam que, em 2004, 218 milhões de crianças participaram de esquemas de trabalho infantil, das quais 126 milhões em atividades perigosas. Estimativas de 2000 sugerem que 5,7 milhões foram submetidas a esquemas de trabalho forçado ou escravo, 1,8 milhões se envolveram com a exploração sexual e a pornografia e 1,2 milhão foram vítimas de tráfico. No entanto, em comparação às estimativas publicadas em 2002, a incidência do trabalho infantil caiu em 11 por cento e 25 por cento menos crianças foram encontradas trabalhando em atividades perigosas.

Laços de Proteção no ABC

Políticas Públicas

❑ No lar e na família

- ✓ A prevalência da violência contra crianças por parte de pais e de outros familiares próximos – violência física, sexual e psicológica, bem como a negligência deliberada – foi reconhecida e documentada nas últimas décadas. Os agressores variam de acordo com a idade e a maturidade da vítima e podem incluir seus pais, padrastos e madrastas, pais adotivos, irmãos, outros familiares e pessoas que cuidam dela.
- ✓ Num resumo de estudos realizados em 21 países (principalmente países desenvolvidos), de 7 a 36 por cento das mulheres e de 3 a 29 por cento dos homens relataram ter sido vítimas de violência sexual na infância e a maioria dos estudos observou que meninas sofreram abusos numa proporção 1,5 a 3 vezes mais alta que meninos. Na maioria dos casos, o abuso ocorreu dentro do círculo familiar. Da mesma maneira, num estudo multipaíses realizado pela OMS envolvendo países desenvolvidos e em desenvolvimento, entre 1 e 21 por cento das mulheres relataram que haviam sofrido abuso sexual antes de completarem 15 anos, na maioria dos casos por parte de parentes do gênero masculino que não eram o pai ou o padrasto.
- ✓ Estima-se que de 133 a 275 milhões de crianças em todo o mundo testemunham violência doméstica anualmente. A freqüente exposição de crianças a violência em seus lares, geralmente a brigas entre pais ou entre uma mãe e seu parceiro, podem afetar severamente o bem-estar e o desenvolvimento pessoal de uma criança e sua interação social na infância e na fase adulta.

Laços de Proteção no ABC

Políticas Públicas

❑ **Violência nas escolas e em ambientes educacionais**

- ✓ A violência sexual e baseada no gênero também ocorre em ambientes educacionais. Em grande parte, ela é direcionada a meninas por professores e colegas do gênero masculino. A violência também é cada vez mais direcionada a jovens lésbicas, homossexuais do gênero masculino, bissexuais e transexuais em muitos Estados e regiões.

❑ **Violência em sistemas assistenciais e de justiça**

- ✓ Até oito milhões das crianças do mundo estão sob regime de acolhimento residencial.
- ✓ A violência praticada por funcionários de diferentes instituições com o intuito de “disciplinar” crianças inclui surras com as mãos, varas e mangueiras, bater a cabeça de crianças contra paredes, colocá-las em sacos de pano, amarrá-las a móveis, prendê-las em câmaras de refrigeração por dias a fio e deixá-las dormir sobre seus próprios excrementos.